Cachoeira ENERGIA

Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.

CNPJ/MF nº 17.200.920/0001-56

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	244.467	479.063
Impostos e contribuições sociais	6	8.152	1.331
Outros créditos		187	191
Total do Ativo Circulante		**252.806**	**480.585**
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	6	32.857	8.025
Tributos diferidos	7	2.808	1.038
Outros créditos		272	435
		35.937	**9.498**
Imobilizado	9	691.423	212.229
Intangível	10	40.911	17.768
		732.334	**229.997**
Total do Ativo Não circulante		**768.271**	**239.495**
TOTAL DO ATIVO		**1.021.077**	**720.080**

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	11	12.536	2.900
Impostos e contribuições sociais	6	4.425	1.653
Debêntures	12		659.690
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	302.872	
Provisões	15	36.256	37.016
Outras contas a pagar		1.233	191
Total do Passivo Circulante		**357.322**	**701.450**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	299.266	
Partes relacionadas	8	139	2
Adiantamento para futuro aumento de capital	8		600
Uso do bem público	14	7.952	7.124
Provisões	15	1.248	12.918
Total do Passivo Não circulante		**308.605**	**20.644**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16.1	360.601	1
Prejuízos acumulados		(5.451)	(2.015)
Total do Patrimônio líquido		**355.150**	**(2.014)**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.021.077**	**720.080**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2014	2013
Geração do valor adicionado	**502.336**	**228.887**
Receita relativa à construção de ativos próprios	502.336	221.655
Outras receitas		7.232
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(465.980)**	**(222.617)**
Materiais	(134.455)	(117.005)
Serviços de terceiros	(257.646)	(97.586)
Outros custos operacionais	(73.879)	(8.026)
Valor adicionado bruto	**36.356**	**6.270**
Valor adicionado líquido produzido	36.356	6.270
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	32.221	8.437
Valor adicionado total a distribuir	**68.577**	**14.707**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	4.960	672
Benefícios	566	54
FGTS	351	39
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(692)	(1.008)
Estaduais	148	147
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	65.940	16.669
Aluguéis	740	149
	72.013	**16.722**
Prejuízo do exercício	(3.436)	(2.015)
	68.577	**14.707**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2014	2013 Reapresentado
Despesas e Receitas operacionais	17		
Despesas gerais e administrativas		(6.271)	(2.049)
Outras despesas e receitas operacionais			(4)
		(6.271)	**(2.053)**
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		**(6.271)**	**(2.053)**
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		1.089	
Despesas financeiras		(24)	(1.000)
		1.065	**(1.000)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(5.206)**	**(3.053)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.770	1.038
	19	**1.770**	**1.038**
Resultado líquido do exercício		**(3.436)**	**(2.015)**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	20		
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,01263)	(4.030,00)

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para o exercício de 2014 e 2013.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.206)	(3.053)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		6.014
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		8.252
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(139)	
	(5.345)	**11.213**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(31.514)	(9.356)
Outros ativos operacionais	167	(626)
	(31.347)	**(9.982)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	9.636	2.900
Outros tributos e contribuições sociais	2.772	1.653
Provisões	(12.430)	
Uso do bem público		7.124
Outros passivos operacionais	1.042	192
	1.020	**11.869**
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais	**(35.672)**	**13.100**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(466.724)	(178.845)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(466.724)**	**(178.845)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	137	2
Adiantamento para futuro aumento de capital		600
Aumento (redução) de capital	360.000	
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	592.981	644.206
Amortização do principal de debêntures	(646.000)	
Pagamentos de encargos de dívidas	(39.318)	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**267.800**	**644.808**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(234.596)**	**479.063**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	244.467	479.063
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	479.063	
	(234.596)	**479.063**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**1**	**-**	**1**
Prejuízo do exercício		(2.015)	(2.015)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**1**	**(2.015)**	**(2.014)**
	Capital social	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**1**	**(2.015)**	**(2.014)**
Aumento de capital AGOE de 10/04/2014	600		600
Aumento de capital AGE de 27/06/2014	360.000		360.000
Prejuízo do exercício		(3.436)	(3.436)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**360.601**	**(5.451)**	**355.150**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia ou Cachoeira Caldeirão), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de outubro de 2012, com sede no município de Ferreira Gomes, no estado do Amapá, é controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e a CWEI (Brasil) Participações Ltda. (CWEI Brasil). A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (UHE Cachoeira Caldeirão), a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

1.1 Concessão

A Companhia detém o direito de concessão da UHE Cachoeira Caldeirão por meio do Contrato de Concessão nº 01/2013, celebrado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, com as seguintes características:

				Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Concessão	
Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	(MW)	(MWm)	Início	Término
Cachoeira Caldeirão	AP	Produtor Independente	Concessão	219,00	129,70	29/05/2013	29/05/2048

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Araguari sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. O início da entrada em operação comercial da 1ª unidade geradora está prevista para janeiro de 2017. A energia assegurada de 129,7 MWm foram comercializados por meio de CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos. O preço estabelecido no Contrato de Concessão é de R$95,31 por MWh, reajustado anualmente pelo IPCA. O contrato de concessão tem prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da data de sua assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados posteriores a entrada em operação da UHE e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

1.1.1 Uso do bem público - UBP

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Cachoeira Caldeirão, pagará à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora, ou a partir do início da entrega da energia objeto do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R$658, fixado na data de assinatura do contrato de concessão, corrigidos anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão (Nota 14).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

1.1.3 Cronograma de operação comercial

De acordo com o contrato de concessão, o cronograma para a entrada em operação comercial da UHE Cachoeira Caldeirão é o seguinte:

Unidade geradora (UG)	Data
UG 1	01/01/2017
UG 2	01/03/2017
UG 3	01/05/2017

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

O Conselho da Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 27 de fevereiro de 2015.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na Nota 2.5.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 7); e Provisão para licenças ambientais (Nota 15.1).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados quanto a sua recuperabilidade ao final de cada exercício. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia identificar que houve evidências de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.6 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

2.6.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros; e (ii) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.

A Administração da Companhia acredita que a IFRS 9 possa gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.

2.6.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2014

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2014, passou a adotar novas normas e interpretações emitidas pelo CPC. As seguintes normas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) ICPC 19 - Tributos (IFRIC 21); (ii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação: Compensação de ativos e passivos financeiros (IAS 32); e (iii) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros (IAS 36).

Segue abaixo a norma que resultou em impacto na apresentação das demonstrações financeiras:

OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral

O objetivo desta orientação é tratar dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros. São destacados na orientação a utilização dos conceitos de materialidade e relevância quando da elaboração dos relatórios contábil-financeiros, principalmente na elaboração das notas explicativas.

Na adoção do OCPC 07 a Companhia reavaliou a materialidade e a relevância das informações contábil-financeiras resultando em mudanças na apresentação das notas explicativas. Dentre as alterações, destaca-se a realocação da nota explicativa do "Resumo das principais práticas contábeis" para as notas explicativas específicas de cada rubrica.

3 Reapresentações dos exercícios anteriores

Demonstração do Resultado

Considerando que a UHE Cachoeira Caldeirão entrará em operação em janeiro de 2017, a Companhia está reapresentando os Custos de operação do exercício de 2013 para a rubrica de Despesas gerais e administrativas para a melhor apresentação das demonstrações financeiras.

	31/12/2013		
	Publicado	Reapresentação para melhor apresentação	Reapresentado
Custo de operação			
Pessoal	(223)	223	
Materiais e serviços de terceiros	(13)	13	
Outros custos de operação	(15)	15	
	(251)	**251**	**-**
Lucro bruto	**(251)**	**251**	**-**
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(1.798)	(251)	(2.049)
	(1.802)	**(251)**	**(2.053)**

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Venda de participação acionária

Em 6 de dezembro de 2013 a EDP - Energias do Brasil comunicou ao mercado que estabeleceu uma parceria com a CWE Investment Corporation (CWEI) e CWEI (Brasil) Participações CWEI Brasil, subsidiárias controladas integralmente pela China Three Gorges (CTG), para investimentos, em conjunto, no mercado de energia brasileiro.

No âmbito dessa parceria, nesta mesma data, a EDP - Energias do Brasil assinou o Contrato de Compra e Venda e Acordo de Acionistas referente a venda de 50% de sua participação na Companhia. O valor de transação foi de R$442.

O acordo previa a participação conjunta das partes em projetos de energia no Brasil, sob uma estrutura acionária equilibrada, com controle compartilhado, equilíbrio de direitos e tomada de decisão com base em consenso entre as partes.

Em 27 de junho de 2014 a EDP - Energias do Brasil comunicou ao mercado que foram consumadas as operações anteriormente anunciadas, depois de obtidas todas as aprovações necessárias por parte da ANEEL, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômica e Social - BNDES, órgãos reguladores chineses e outras providências de natureza societária e contratuais.

A partir desta data, a Companhia deixou de ser controlada apenas pela EDP - Energias do Brasil e passou a ser controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil e CWEI Brasil.

4.2 Lei n° 12.973, de 13 de novembro de 2014 (Conversão da Medida Provisória n° 627, de 11 de novembro de 2013) e Instrução Normativa RFB n° 1.515, de 24 de novembro de 2014

A Lei n° 12.973/2014, trouxe mudanças relevantes para as regras tributárias federais em vigor obrigatoriamente a partir de janeiro de 2015, sendo facultada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Entre as principais alterações nas regras tributárias a Lei revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e prevê a entrega de nova obrigação acessória, a Escrituração Contábil Fiscal (ECF) em substituição da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ). A referida Legislação já foi regulamentada pela Instrução Normativa nº 1.515/2014, entretanto, alguns temas relevantes estão pendentes de regulamentação pela Receita Federal do Brasil.

A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, não resultaria em impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Bancos conta movimento	172.037	5.111
Aplicações financeiras - renda fixa	72.430	473.952
Total	**244.467**	**479.063**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas lastreadas em Debêntures, remunerados a taxas que variam de 95,00% a 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 21.

6 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Saldo em 31/12/2013	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2014
Ativos - Compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social		-		139		1.331	1.470
PIS e COFINS	6.1	8.025	24.832				32.857
IRRF sobre aplicações financeiras		1.331	6.682			(1.331)	6.682
Total		**9.356**	**31.514**	**139**	**-**	**-**	**41.009**
Circulante		1.331					8.152
Não Circulante		8.025					32.857
Total		**9.356**					**41.009**

	Saldo em 31/12/2013	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2014
Passivo - a recolher						
ICMS	-	6.543		(5.884)		659
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	1.553	16.139		(14.627)		3.065
Encargos com pessoal	-	2.889		(2.288)	100	701
Outros	100				(100)	-
Total	**1.653**	**25.571**	**-**	**(22.799)**	**-**	**4.425**
Circulante	1.653					4.425
Total	**1.653**					**4.425**

Os impostos e contribuições sociais correntes são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32.

6.1 PIS e COFINS

Os montantes de PIS e COFINS registrados no ativo referem-se a créditos na aquisição de ativo imobilizado para a construção da UHE Cachoeira Caldeirão.

7 Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo CPC 32.

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre diferenças temporárias, foram reconhecidos tomando por base as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

7.1 Composição e base de cálculo

	Ativo Não Circulante		Resultado	
	31/12/2014	31/12/2013	2014	2013
Natureza dos créditos	**IR/CS**	**IR/CS**	**IR/CS**	**IR/CS**
Diferenças Temporárias - RTT				
Gastos Pré-operacionais	2.808	1.038	1.770	1.038
Total	**2.808**	**1.038**	**1.770**	**1.038**

7.2 Resultados tributáveis futuros

A Administração da Companhia elaborou, em 31 de dezembro de 2014, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2015. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2020 a 2022	2023 a 2024	Total
936	1.872	2.808

8 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentados como segue:

			Passivo Não circulante		Despesas Operacionais	
	Relacionamento	Duração	31/12/2014	31/12/2013	2014	2013
Partes relacionadas						
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura						
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	01/06/2013 a 31/12/2014	2	2	(31)	(16)
Compartilhamento de gastos com pessoal						
Energest S.A.	Controle Comum		137		(137)	
			139	**2**	**(168)**	**(16)**
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC						
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	Indeterminado		600		
			-	**600**	**-**	**-**
			139	**602**	**(168)**	**(16)**

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 22.2).

8.1 Controle conjunto

A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A. e a CWEI (Brasil) Participações Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation (CTG).

8.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais chaves da administração.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Resolução CFC nº 1.359/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intangível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2014, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2013	Ingressos	Juros capitalizados	Valor líquido em 31/12/2014
Imobilizado em curso				
Terrenos	1.799	49.350		51.149
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	139.651		139.651
Reservatórios, barragens e adutoras	134.256	144.400		278.656
Máquinas e equipamentos	-	64.433		64.433
Adiantamento a fornecedor	64.106	36.156		100.262
A ratear	12.068	10.419	34.785	57.272
Total do Imobilizado em curso	**212.229**	**444.409**	**34.785**	**691.423**
Total Imobilizado	**212.229**	**444.409**	**34.785**	**691.423**

9.1 Adiantamento a fornecedor

Refere-se aos valores previstos nos contratos firmados de compra de máquinas e equipamentos da UHE Cachoeira Caldeirão, envolvendo, principalmente, a construção, transporte e montagem da UHE.

9.2 A ratear

Os valores apresentados na rubrica A ratear referem-se aos custos realizados em benefício da obra como um todo, que não são passíveis de alocação direta ao custo de determinado bem. Ao término da construção, o montante desta rubrica será rateado proporcionalmente a cada rubrica do Imobilizado.

9.3 Ingressos

Construção UHE Cachoeira Caldeirão

Para a construção da UHE Cachoeira Caldeirão a Companhia celebrou contratos por meio do sistema *turn key* bicontratual onde a CESBE S.A. é responsável pelas obras civis e pela subcontratação da projetista VLB, e a Alstom e Bardella responsáveis pelo escopo eletromecânico.

A construção da UHE Cachoeira Caldeirão tem evoluído de acordo com o cronograma previsto.

A Licença de Instalação do projeto foi emitida em 05 de agosto de 2013 e as obras foram iniciadas neste mesmo mês, com conclusão prevista para 2016.

O investimento total previsto para o projeto está entre R$1,1 bilhões e R$1,3 bilhões. Do total previsto, já foram aplicados cerca de 56% do total orçado, sendo previstos investimentos de 37% em 2015 e 7% em 2016.

10 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Nota	Valor líquido em 31/12/2013	Ingressos	Valor líquido em 31/12/2014
Intangível em curso				
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	10.1	7.124	828	7.952
Software		-	129	129
Desenvolvimento de projetos	10.2	10.644	22.186	32.830
Total Intangível		**17.768**	**23.143**	**40.911**

10.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão, a partir da data de entrada em operação (Nota 1.1.1).

10.2 Desenvolvimento de projetos

O montante de ingressos do exercício de 2014 refere-se à elaboração do projeto executivo da UHE Cachoeira Caldeirão.

11 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo de R$12.536 (R$2.900 em 31 de dezembro de 2013), é composto por valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da UHE Cachoeira Caldeirão.

12 Debêntures

12.1 Composição do saldo de Debêntures

										31/12/2013		
										Encargos	Principal	
Agente Fiduciário	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	16.800	10	168.000	1ª emissão em 08/03/2013	08/03/2013 a 08/10/2014	Investimento na UHE Cachoeira Caldeirão	106,3 % do CDI	Principal e juros em parcela única no final	(i) Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil; e (ii) Fiança Bancária da CWEI Brasil proporcionais às suas participações.	12.056	168.000	180.056
(-) Custos de emissão								Amortização mensal			(740)	(740)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	47.800	10	478.000	2ª emissão em 08/12/2013	08/12/2013 a 08/10/2014	Investimento na UHE Cachoeira Caldeirão	106,3 % do CDI	Principal e juros em parcela única no final	(i) Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil; e (ii) Fiança Bancária da CWEI Brasil proporcionais às suas participações.	2.830	478.000	480.830
(-) Custos de emissão								Amortização mensal			(456)	(456)
Total										**14.886**	**644.804**	**659.690**

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

12.2 Mutação das debêntures no exercício

	Valor líquido em 31/12/2013	Pagamentos	Juros provisionados	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2014
Circulante					
Principal	646.000	(646.000)			-
Juros	14.886	(70.449)	55.563		-
Custo de transação	(1.196)			1.196	-
	659.690	**(716.449)**	**55.563**	**1.196**	**-**

13 Empréstimos e financiamentos

13.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

											31/12/2014			
										Encargos	Principal		
	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	*Covenants*	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional													
Notas Promissórias	295.000	01/10/2014	295.000	01/10/2014 a 05/02/2015	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão		109,25% do CDI	Principal e juros em parcela única no final	Aval da EDP - Energias do Brasil	8.098	295.000		303.098
(-) Notas Promissórias - Custos de Transação				01/10/2014 a 05/02/2015							(513)		(513)
BNDES	504.100	25/11/2014	300.000	25/11/2014 a 15/11/2037	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão	(i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização. (ii) Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20%.	TJLP + 2,12% a.a.	Principal e Juros mensais a partir de 15/11/2017.	(i) Penhor de Ações; (ii) Contas Vinculadas; (iii) Vinculação de receitas; (iv) Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil; e (v) Fiança Bancária da CWEI Brasil proporcionais às suas participações.	287		300.000	300.287
(-) BNDES - Custos de Transação				25/11/2014 a 15/11/2037				Amortização mensal do custo de transação				(734)	(734)
Total										**8.385**	**294.487**	**299.266**	**602.138**

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

13.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Valor líquido em 31/12/2013	Ingressos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2014
Circulante						
Principal	-	295.000				295.000
Juros	-		8.385			8.385
Custo de Transação	-	(1.280)		(5)	772	(513)
	-	**293.720**	**8.385**	**(5)**	**772**	**302.872**
Não circulante						
Principal	-	300.000				300.000
Custo de Transação	-	(739)		5		(734)
	-	**299.261**	**-**	**5**	**-**	**299.266**

13.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

Vencimento	Nacional
Circulante	
2015	302.872
	302.872
Não circulante	
2017	2.329
2018	14.945
2019	14.948
2020 até 2024	74.781
2025 até 2029	74.852
2030 até 2034	74.923
Após 2035	42.488
	299.266
Total	**602.138**

14 Uso do bem público - UBP

O Uso do Bem Público - UBP é um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

A Administração da Companhia considerou o momento da obtenção da Licença de Instalação - LI para efetuar o reconhecimento do UBP, pois foi o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 10) no reconhecimento inicial. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2013	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2014
Não Circulante				
Uso do Bem Público	7.124	(541)	1.369	7.952
	7.124	**(541)**	**1.369**	**7.952**

15 Provisões

		Circulante		Não Circulante	
	Nota	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Licenças ambientais	15.1	36.256	37.016	1.248	12.918
Total		**36.256**	**37.016**	**1.248**	**12.918**

15.1 Licenças Ambientais

O montante de R$37.504 refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévia e de instalação da UHE Cachoeira Caldeirão, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorreu no exercício de 2013 em contrapartida ao Imobilizado, sendo, portanto, tratados como custo da usina e registrados na rubrica Reservatórios, barragens e adutoras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 5 de agosto de 2013 foi emitida pela Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá a Licença de Instalação - LI nº 0556/2013, que autoriza a Companhia à executar as obras de construção da UHE Cachoeira Caldeirão. A LI é válida pelo período de 2 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

Em 2013, a Companhia constituiu provisão relacionada aos gastos relativos à Licença de Instalação - LI no valor de R$58.338 que, em sua maioria, está representado pelos valores do meio Sócio-Econômico que representam o montante de R$19.943 e meio Biótico que representam R$14.810. Dentre as ações que incluem os valores do meio Sócio-Econômico destacam-se as obras de reforço de infraestrutura e saúde e, dentre as ações que incluem os valores do meio Biótico, destacam-se a reposição vegetal do reservatório e o monitoramento da fauna e herpetofauna.

O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 7% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Pagamentos	Atualização Monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2014
Circulante	37.016	43.299	(61.179)	(11)	14.326	2.805	36.256
Não Circulante	12.918	1.053		1.668	(14.326)	(65)	1.248
Total	**49.934**	**44.352**	**(61.179)**	**1.657**	**-**	**2.740**	**37.504**

15.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia não possui demandas judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável, portanto, não há valores provisionados.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

15.2.1 Risco de perda possível

15.2.1.1 Fiscais

A Companhia discute judicialmente a incidência do ISS sobre serviços de construção, especificamente em relação ao fornecimento de materiais e terceiros em regime de subempreitada. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R$843.

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O Capital social parcialmente integralizado em 31 de dezembro de 2014 é de R$360.601 (R$1 em 31 de dezembro de 2013) e está representado por 544.986.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito é de R$544.587, sendo o valor a integralizar de R$183.986.

Em 10 de abril de 2014, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária o aumento do Capital social, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de créditos de titularidade do acionista EDP - Energias do Brasil, decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no valor de R$600. Na ocasião, o capital social passou de R$1 para R$601.

Em 27 de junho de 2014, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do Capital social, com a emissão de 543.986.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas pelos acionistas EDP - Energias do Brasil e CWEI Brasil, proporcionalmente em relação ao percentual de participação, no valor de R$543.986. Na ocasião, o capital social subscrito passou de R$601 para R$544.587.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R$763.924, com a emissão de novas ações, nominativas e sem valor nominal. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Em 27 de junho de 2014, a EDP - Energias do Brasil alienou 50% de sua participação acionária na Companhia para a CWEI Brasil, conforme descrito na Nota 4.1. Segue abaixo a composição acionária atualizada:

	31/12/2014		31/12/2013	
Acionista	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	271.993.250	50,00	500	100,00
CWEI Brasil	271.993.250	50,00		

17 Gastos operacionais

Os gastos gerenciáveis são reconhecidos quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26.

	2014		2013
	Despesas operacionais		
	Gerais e administrativas	Total	Total
Gerenciáveis			
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	1.325	1.325	436
Material	665	665	98
Serviços de terceiros	3.303	3.303	1.277
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	1	1	4
Aluguéis e arrendamentos	740	740	149
Outras	237	237	89
Total	**6.271**	**6.271**	**2.053**

18 Resultado financeiro

	2014	2013
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras e cauções	31.132	8.197
Variações monetárias moeda nacional	949	
Juros e multa sobre impostos	139	
(-) Juros capitalizados	(31.132)	(8.436)
Outras receitas financeiras	1	239
	1.089	**-**
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(65.916)	(15.668)
Variações monetárias moeda nacional	-	(948)
(-) Juros capitalizados	65.916	15.668
Outras despesas financeiras	(24)	(52)
	(24)	**(1.000)**
Total	**1.065**	**(1.000)**

19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

	IRPJ / CSLL	
	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(5.206)	(3.053)
Alíquota	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL	**1.770**	**1.038**
Alíquota Efetiva	34%	34%

20 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para o exercício apresentado é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

No exercício de 2014, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2014	2013
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(3.436)	(2.015)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	271.994	0,5
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(0,01263)	(4.030,00)

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A contratação destes instrumentos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas as condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

21.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

21.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2014 Valor Justo	31/12/2013 Valor Justo	31/12/2014 Valor Contábil	31/12/2013 Valor Contábil
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5						
Bancos conta movimento		Valor justo por meio do resultado	Nível 1	172.037	5.111	172.037	5.111
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	72.430	473.952	72.430	473.952
				244.467	**479.063**	**244.467**	**479.063**
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	11	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	12.536	2.900	12.536	2.900
Debêntures	12	Outros ao custo amortizado	Nível 2		659.690		659.690
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	Outros ao custo amortizado	Nível 2	302.872		302.872	
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	13	Outros ao custo amortizado	Nível 2	299.266		299.266	
Partes relacionadas	8	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	139	2	139	2
Uso do bem público	14	Outros ao custo amortizado	Nível 2	7.952	7.124	7.952	7.124
				622.765	**669.716**	**622.765**	**669.716**

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivalem ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil pode diferir ao seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira;

(ii) Fornecedores: são compostos de valores a pagar relativos à compra de materiais e serviços para a construção da UHE Cachoeira Caldeirão. Como tem giro constante, o valor justo se equivale ao preço da transação;

(iii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa de 7% que representa a taxa média de financiamento do empreendimento;

(iv) Partes relacionadas: é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado, contemplando apenas os valores devidos sem margem de lucro;

(v) Debêntures, Empréstimos e financiamentos: são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

21.1.3 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

21.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

21.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos e financiamentos da Companhia apresentadas na nota 13, possuem como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui risco de mercado associado ao CDI e à TLJP.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa Selic e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

21.2.2 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Até 1 ano**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	2.856			2.856	714	1.428	(714)	(1.428)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	**2.856**			**2.856**	**714**	**1.428**	**(714)**	**(1.428)**
Empréstimos e financiamentos - NP	CDI	(3.275)			(3.275)	(768)	(1.517)	787	1.595
Instrumentos financeiros passivos	CDI	**(3.275)**			**(3.275)**	**(768)**	**(1.517)**	**787**	**1.595**
		(419)	**-**	**-**	**(419)**	**(54)**	**(89)**	**73**	**167**
Empréstimos e financiamentos - BNDES e CALC	TJLP	(23.932)	(107.200)	(68.053)	(199.185)	(35.942)	(71.884)	35.942	71.884
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	**(23.932)**	**(107.200)**	**(68.053)**	**(199.185)**	**(35.942)**	**(71.884)**	**35.942**	**71.884**

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seu intervalo conforme apresentado a seguir: CDI entre 12,00% e 9,25%, e TJLP em 5,50%.

21.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 13.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observam-se as características das captações efetivadas.

O ativo financeiro mais expressivo da Companhia é demonstrado na rubrica Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2014 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2014, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Passivos financeiros						
Fornecedores	12.015	10	511			12.536
Partes relacionadas				139		139
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	163.606	139.266		47.172	252.094	602.138
Uso do bem público				2.130	5.822	7.952
	175.621	**139.276**	**511**	**49.441**	**257.916**	**622.765**

21.3.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (C*ovenants)*, normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 13. Até 31 de dezembro de 2014 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 22.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

Os riscos de liquidez atribuídos as rubricas de Empréstimos e financiamentos referem-se a Juros futuros e, consequentemente, não contabilizados, encontram-se demonstrados na nota 22.1.

21.3.2 Capital circulante líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2014 foi negativo em R$104.516 (R$220.865 negativo em 31 de dezembro de 2013). O capital circulante negativo deve-se principalmente ao empréstimo-ponte (notas promissórias) contratado para atender à necessidade dos investimentos durante a fase de construção da UHE Cachoeira Caldeirão enquanto a Companhia estrutura e finaliza a emissão de debêntures de infraestrutura, que junto com o financiamento de longo prazo do BNDES irá compor a estrutura de financiamento de longo prazo do projeto. Conforme descrito na Nota 25.1, a Companhia concluiu, em 02 de fevereiro de 2015, a 2ª emissão de debêntures no valor de R$156.500, o que demonstra a situação temporária do CCL negativo.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

Uma importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

22 Compromissos contratuais e Garantias

22.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2014					31/12/2013
	2015	2016 a 2017	2018 a 2019	Acima de 2020	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	261	498			759	-
Materiais e serviços	250.401	213.661	28		464.090	217.965
Juros Vincendos de Empréstimos e financiamentos	25.102	45.701	38.622	95.527	204.952	50.825
	275.764	**259.860**	**38.650**	**95.527**	**669.801**	**268.790**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e estão ajustadas ao valor presente pela taxa de 8,90% que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

22.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2014	31/12/2013
Aval acionista	Empréstimos e financiamentos	303.098	
Fiança corporativa	Empréstimos e financiamentos		660.887
Penhor de ações	Empréstimos e financiamentos	300.286	
Seguro Garantia	Executante construtor	42.797	42.797
		646.181	**703.684**

23 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, aprovadas pela Administração, com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2014	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Usinas	821.088	821.088
Responsabilidade civil	50.000	50.000
Transportes (veículos)	1.600	1.600
Acidentes pessoais	8.280	(*)

(*) Em acidentes pessoais o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo um limite mínimo de R$51 e o limite máximo de R$517.

A cobertura do seguro de Riscos de Engenharia compreende todo o período da obra (de 1º de julho de 2013 até previsão de 28 de fevereiro de 2017) incluindo o período de testes e comissionamentos.

Dentre os itens segurados, destacam-se: obras civis, instalações e montagem das máquinas e equipamentos; erro de projeto e do fabricante de máquinas e equipamentos; manutenção ampla; desentulho; honorários de peritos; e despesas de salvamento e contenção.

O seguro possui como segurados a Companhia e os respectivos subcontratados que estão operando no sítio da obra.

24 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de financiamento e investimento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou: (i) a capitalização de encargos de dívidas ao imobilizado e intangível no valor de R$34.785; e (ii) aumento de capital por meio da integralização de AFAC no valor de R$600. Ambas atividades não envolveram a movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa da Companhia.

25 Eventos Subsequentes

25.1 3ª Emissão de Debêntures Simples

Em 2 de fevereiro de 2015, a Companhia concluiu o processo de emissão das Debêntures de Infraestrutura por meio da 3ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória a ser convolada para a espécie com garantia real e adicional fidejussória, no valor total de R$156.500 ao custo de IPCA + 7,2743% a.a.. Os pagamentos de juros e as amortizações serão realizados em 26 parcelas semestrais e consecutivas, a partir de 15 de dezembro de 2017, até a data de vencimento em 15 de junho de 2030. Os juros incorridos entre a data de emissão e a data do primeiro pagamento serão capitalizados semestralmente. Os recursos da emissão foram utilizados para pagamento do valor residual da 1ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia, e para financiamento de parte dos investimentos da construção. Entre a data da contratação, em 15 de dezembro de 2014, até a liberação efetiva dos recursos, em 2 de fevereiro de 2015, o montante foi corrigido pela mesma taxa da captação, sendo recebido pela Companhia o valor de R$160.251. O valor de R$3.751 foi registrado em contrapartida ao Resultado financeiro.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Miguel Dias Amaro
Conselheiro

Yinshing Li
Conselheiro

Yujun Liu
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

André Luiz de Castro Pereira
Diretor Operacional e Técnico

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora Financeiro e Administrativo

Ke Xu *
Diretor Financeiro Administrativo

Lei Wang *
Diretor Operacional Técnico

Elisa Saeko Ishizaka Turci
Gestora Executiva de Consolidação e Contabilidade

Renan Silva Sobral
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" AP

* Posse condicionada à autorização do Ministério do Trabalho e Emprego

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, uma vez que as IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 02 de março de 2015

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" AP

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" AP